

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
Nº 02/2024**Data:** 24/05/2024**Local:** Telepresencial, via Google Meet.

Presenças dos integrantes: Coordenador do Comitê Desembargador João Paulo Lucena, Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Juiz Luiz Antonio Colussi, Juíza Neusa Líbera Lodi, Juíza Raquel Nenê Santos, o Secretário-Geral da Presidência, servidor Diogo de Seixas Grimberg e o Diretor da Secretaria de Segurança Institucional, servidor João Luiz Peixoto da Silva. A desembargadora Cleusa Regina Halfen justificou que estava com problemas técnicos em sua internet, não sendo possível acessar a reunião virtual.

Secretário: João Alberto Prestes Baptista**Horário:** 10h

Pauta: Relato da atuação do Gabinete de Crise Climática e panorama geral do TRT 4ª Região e das ações afetas ao Comitê de Segurança Institucional no período da enchente de maio/2024 e assuntos gerais.

A abertura da reunião foi realizada pelo **Desembargador Lucena**, às 10h05min. Relatou a situação no prédio sede do TRT, que está sem fornecimento de energia elétrica e de água desde o início da crise, somente com energia de geradores locados, com a função exclusiva de manter o *Data Center* ativo, a fim de viabilizar o acesso aos sistemas do Tribunal. Quanto à situação no prédio do Foro Trabalhista de Porto Alegre, informou que este dispõe de geradores à óleo que não foram danificados e estão fornecendo energia ao prédio. Esclareceu que integrantes do Comitê (o Desembargador Lucena e os servidores Peixoto e Diogo) fazem parte do Gabinete de Crise Climática. Continuou seu relato informando que, no momento em que foi interrompido o fornecimento de energia devido à enchente, ficando inoperante o Data Center, ficou também inoperante o sistema da Central de Monitoramento 24h – CFTV e alarmes - permanecendo ativos somente alarmes nos locais, mas sem monitoramento a distância. Informou que o prejuízo maior foi mesmo em Porto Alegre, no complexo do prédio sede do TRT e no Foro, locais atingidos pela água e pela lama. Relatou sobre a atuação da Segurança Institucional em ações de resgates realizados, que passaram desde ministros do TST que se encontravam no RS, servidores e população em geral, independentemente de vínculo ao Tribunal, de forma humanitária. Relatou, ainda, sobre a vistoria conjunta do Corpo de

Bombeiros, Secretaria de Segurança e a área de engenharia do TRT no prédio da rua Provenzano, que ainda se encontrava alagado; destacou a colaboração e a atuação conjunta dos cinco Tribunais do RS e também da força tarefa da Polícia Judicial, enviada pelo CNJ, no patrulhamento cooperativo e prevenção contra saques aos prédios dos tribunais bem como dos prédios de outros órgãos públicos da região, entre outras ações como o transporte e entregas de donativos recebidos pelo TRT para entidades da região metropolitana de Porto Alegre. O **servidor Diogo**, em complemento, informou ter disponibilizado aos participantes um rescaldo dos prejuízos das unidades judiciárias e do prédio sede do TRT, que foram afetados, até dia 20/05. Passou a palavra ao **servidor Peixoto**, que relatou que nossa área de segurança está atuando em ações ligadas à tragédia climática desde o dia primeiro de maio, com o auxiliando ao Ministro do TST, Alberto Balazeiro, que estava no RS. Informou, ainda, que a Secretaria de Segurança Institucional foi orientada pela Presidência no sentido de estar disponível 24 horas por dia, inclusive aos sábados e domingos, para atuar na preservação do patrimônio, no auxílio das pessoas atingidas pela enchente e no transporte de doações a abrigos. Relatou, com detalhes, a situação atual da central de monitoramento do Tribunal e concluiu informando sobre pedidos de ajuda da Defesa Civil na prestação do serviço de escolta para o deslocamento de caminhões de doações, com receio de saques. O **Desembargador Lucena** ressaltou a atuação de algumas pessoas, nesses momentos de crise, que se desdobram em empatia, dedicação, generosidade e solidariedade, não medindo horário e descanso, destacando que esse é o espírito que impera entre nossos servidores da segurança. Afirmou que, quando isso passar, cada um será reconhecido, cada destaque, e, institucionalmente, será feito um agradecimento a todos os que apoiaram o TRT nesta situação de extrema gravidade. A **Juíza Raquel**, por sua vez, acerca do desligamento das centrais de monitoramento, relatou que não sabia ao certo o que estava em funcionamento, e estabeleceu contato com a Brigada, que fica próxima ao Foro, para prestar auxílio na vigilância do local. Ainda, questionou acerca da situação prevista em função do repique da enchente, se iria voltar ou não. **Peixoto**, em resposta, informou a situação do prédio sede do TRT e das ruas no entorno, e que entende que o pior já passou. Entretanto, entende que vai demorar a voltar ao normal. O **Desembargador Marçal**, por sua vez, relatou o manifesto divulgado pelo Juiz Clocemar no grupo de *whatsapp* em que participam, em que elogia a atuação dos agentes da Polícia Judicial do Tribunal no resgate de servidora que se encontrava ilhada e de um senhor idoso que não tinha como se locomover nem sair de onde estava, renovando a necessidade de reconhecer o trabalho impecável da nossa segurança. O **Desembargador Lucena** reafirmou o trabalho incansável dos agentes que têm atuado nas mais diversas frentes, não se limitando ao âmbito do nosso Tribunal, do nosso patrimônio e do nosso pessoal, tendo cooperado com a Defesa Civil desde a primeira hora e com os grupos de segurança de outros tribunais, e citou que, para “a turma do Peixoto” não há limites para aquilo que podem fazer se acionados, se está passando na rua alguém, solicitou, eles atendem e estão atentos, e ao reiterar o reforço advindo de agentes de polícia de outros tribunais, renovou os parabéns a **Peixoto** e sua equipe. O **Desembargador Marçal**

sugeriu que o Comitê de Segurança Institucional sugira ao Presidente que, passada a crise, emitam uma portaria de louvor a todos os seguranças do Tribunal. O **Juiz Colussi**, na sua fala, reiterou o dedicado trabalho dos agentes, em diversas esferas, e relatou ter acompanhado, mesmo à distância por estar participando do CONAMAT juntamente com o Presidente do TRT, a situação angustiante do resgate do Ministro Hugo, bem como o resgate da Desembargadora Rejane, e reforçou a necessidade de reconhecimento ao trabalho dos agentes do TRT. O **Desembargador Lucena** relatou a intenção de aprimorar tanto a nível material, com a aquisição de equipamentos, quanto a nível de capacitação dos agentes, para o enfrentamento de tragédias climáticas. Destacou o trabalho conjunto de todas as áreas, no Gabinete de Crise Climática, sem diferença na atribuição de responsabilidades, sendo entre todos compartilhadas todas as preocupações, colaborando uns com os outros, e não havendo limite de dedicação de tempo até que a crise passe. Ao assumir a palavra, a **Juíza Neusa** reforçou os elogios à atuação dos agentes, na pessoa do Diretor **Peixoto**, e mencionou que a equipe é a representação de seu líder. Destacou o fato do Tribunal se preocupar com as pessoas e não só com o patrimônio; realçou que não vamos esquecer da ajuda dos outros tribunais, e parabenizou também, nas pessoas do **Desembargador Lucena, Diogo e Peixoto**, a atuação relevante do Gabinete de Crise. O **Desembargador Lucena** destacou que é o momento de ajuste dos quadros da segurança, que os membros do Comitê, como ele, são passageiros, e que o corpo de agentes, que mantêm a história, a estratégia, a doutrina da segurança é que são imprescindíveis, que são o fruto do trabalho de muitas gestões, e que devemos considerar a defasagem do número de servidores nestes quadros, referindo-se a carência de quase meia centena de agentes que já nos fazem muita falta. Tomando a palavra, a **Juíza Raquel**, ao comentário da defasagem, apontou a necessidade de atualização e o implemento do quadro de pessoal, e não só de equipamentos. Deu ênfase a necessidade de reposição de pessoal especialmente na área da segurança. O **Desembargador Lucena** ressaltou que, aproveitando este momento de sensibilidade nacional, é a hora de reposição das lacunas no quadro de magistrados e servidores. A **Juíza Raquel** pediu o registro em ata da questão e afirma a importância da segurança institucional, que atuou em frentes que, até então, não se mostraram necessárias antes, dizendo que mais do que nunca é necessário o incremento do quadro de pessoal, que, daqui para a frente, se mostram ainda mais necessárias. **Diogo** relatou as necessidades de pessoal do TRT e que existem conversas entre nosso Presidente e o Ministro Lélcio a respeito da questão; reforçou a consideração da **Juíza Neusa** no sentido de reconhecer os gestos de solidariedade de outros tribunais bem como a abertura de conta específica junto à Defesa Civil, pelo Ministério Público, para envio de multas e indenizações, no caso de ações cíveis públicas. Ainda, relatou ter atuado em reuniões nos pleitos comuns do Poder Judiciário junto ao CNJ e realçou que nosso TRT, mesmo quando ficou sem o acesso ao *Data Center*, não deixou de fornecer acesso elementar à justiça, ao menos, para questões urgentes através de e-mail, o que manteve a prestação jurisdicional mesmo com todas as dificuldades do momento. **Peixoto** disse que gostaria de destacar sobre a questão do quadro de agentes, e relata

ser importante estabelecer critérios objetivos para a recomposição do quadro do tribunal, com considerações tanto para a área afim quanto para o quadro da segurança. Informou a carência de servidores da área de polícia judicial, que a idade média dos atuais agentes é superior a 50 anos e que haverá o aumento da carência nos próximos anos em virtude da elevação da idade média e de aposentadorias próximas. Ao final desta sua fala, comentou sobre a situação atual da instalação das câmeras nas salas de audiências e que está havendo uma rejeição pontual por parte de juízes na instalação de câmeras em salas de audiências. Sugeriu a publicação de portaria para regulamentação da instalação. **Peixoto** esclareceu a descrição e o sigilo das imagens que são coletadas pelas câmeras, somente em imagem, sem áudio, e que os equipamentos são instalados visando à segurança dos juízes e juízas. Informou que os vídeos produzidos permanecem armazenados por aproximadamente 30 dias, referindo que existe um protocolo de atuação a partir do acionamento dos botões de pânico instalados nas salas de audiência. O **Desembargador Lucena** sugeriu aos integrantes do Comitê uma visita à central de monitoramento para entender seu funcionamento, o que foi reforçado pelo **Peixoto**. A **Juíza Raquel** e a **Juíza Neusa** concordaram e sugeriram buscarmos maneiras de apresentar a questão aos demais colegas, com uma campanha de conscientização e esclarecimento. O **Desembargador Lucena** agregou comentários e sugeriu que seja produzido um vídeo de conscientização, pela Secom e que as juízas do Comitê participem como protagonistas nesta divulgação. A **Juíza Raquel**, a **Juíza Neusa** e o **Juiz Colussi** se propuseram a participarem destes vídeos de esclarecimento e conscientização. O **Desembargador Lucena** encerrou a reunião às 11h40min.

Deliberações:

1. Oficializar agradecimento às instituições que, de alguma forma, apoiaram o TRT 4ª Região neste período de crise.
2. Solicitar à SECOM a produção de vídeo institucional destacando a importância da instalação de câmeras e botões de pânico em salas de audiência.